

Imagem do País melhorou no Exterior, diz FH

Balanco foi feito ontem durante o programa de rádio "Palavra do Presidente"; projetos para desarmar a população e melhorar sistema carcerário foram exemplos citados por Fernando Henrique Cardoso

ISABEL BRAGA

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso fez ontem, no programa de rádio *Palavra do Presidente*, um balanço dos seis meses de duração do Programa Nacional de Direitos Humanos. Fernando Henrique afirmou que a preparação desse programa deu ao Brasil um voto de confiança da comunidade internacional. "O nosso país não é mais considerado um réu, lá fora", disse o presidente.

Fernando Henrique usou como exemplo a decisão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que julga denúncias de violação aos direitos humanos, de tirar da pauta o assassinato de 111 presos na Casa de Deten-

ção do Carandiru, em São Paulo, em 1992. "A comissão tomou essa medida porque, agora, o País tem uma política de direitos humanos", argumentou. "E nós estamos ajudando o governo paulista a acabar com a Casa de Detenção do Carandiru e construir nove penitenciárias, para abrigar os presos."

O presidente citou que, para tentar desarmar a população, o governo pediu votação em regime de urgência do projeto que transforma em crime o porte ilegal de armas. "A Câmara dos Deputados já aprovou esse projeto e, em breve, o Senado fará o mesmo."

Sistema carcerário — O governo também já terminou o esboço do projeto que criará alternativas

para o cumprimento de penas no caso de crimes considerados leves e transformou em crime a prática de tortura. "Se encararmos a pena como vingança, pegamos o assaltante e o colocamos em uma cela terrível. E o que vai acontecer com esse assaltante, quatro anos depois, quando ele deixar a prisão? Ele vai assaltar de novo."

Segundo o presidente, o Plano de Direitos Humanos também inclui a intensificação da vigilância nas fronteiras, para impedir o contrabando. "Essas medidas são fundamentais, para controlarmos a violência, principalmente nas grandes cidades."

O presidente citou o caso do aumento de vítimas de balas per-

didadas no Rio de Janeiro e lembrou que o governo federal está apoiando o governador Marcello Alencar na identificação e punição dos culpados.

Fernando Henrique fez um apelo para que a população evite o excesso de velocidade no trânsito. O presidente lembrou que o Código Nacional de Trânsito, que prevê punições mais rigorosas e pesadas multas, está tramitando no Congresso Nacional.

Segundo o presidente, no entanto, só o código não

será capaz de tirar do Brasil o estigma de ser um dos campeões mundiais de morte no trânsito. "A população, também, tem de se conscientizar e tirar o pé do acelerador."

DESATIVAÇÃO DA CASA DE DETENÇÃO DO CARANDIRU É EXEMPLO DE AVANÇO

ÍNTEGRA

Esta é a íntegra do pronunciamento de ontem do presidente Fernando Henrique Cardoso, no programa radiofônico semanal *Palavra do Presidente*:

"Amanhã, o nosso Programa Nacional de Direitos Humanos completa seis meses. Além de ser um dos três países que têm um plano como este, o Brasil já avançou no sentido de reduzir as injustiças e diminuir a violência. E mais: hoje, o nosso país não é mais considerado um réu, lá fora. O Brasil ganhou um voto de confiança da comunidade internacional."

No início de outubro, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que julga denúncias de violação aos direitos humanos, tirou da pauta um crime que manchou muito a imagem do Brasil no Exterior: o assassinato

de 111 presos na Casa de Detenção do Carandiru, em São Paulo, em 1992.

A comissão tomou essa medida porque, agora, o País tem uma política de direitos humanos. E nós estamos ajudando o governo paulista a acabar com a Casa de Detenção do Carandiru e a construir nove penitenciárias, para abrigar os presos.

Também recebemos aplausos lá fora, porque conseguimos recapturar Darli Alves, um dos assassinos do ambientalista Chico Mendes.

Esas são apenas dois exemplos do respeito que o Brasil ganhou, ao criar um Programa Nacional de Direitos Humanos. Programa que contabiliza muitos pontos positivos, seis meses depois do lançamento.

Para desarmar a população,

pedimos ao Congresso que votasse, em regime de urgência, um projeto de lei que transforma em crime o porte ilegal de armas. A Câmara dos Deputados já aprovou esse projeto e, em breve, o Senado fará o mesmo.

A Polícia Federal está intensificando o trabalho de vigilância nas fronteiras, para impedir o contrabando de armas. E o meu governo está adotando novas tecnologias, para aperfeiçoar a fiscalização.

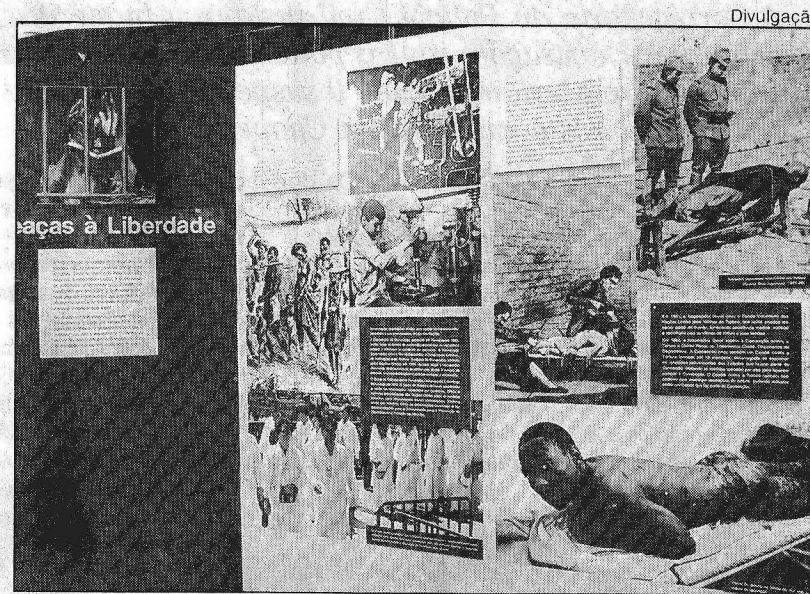
Essas medidas são fundamentais, para controlarmos a violência, principalmente nas grandes cidades. Para acabarmos com esse aumento, quase diário, de vítimas de balas perdidas, no Rio de Janeiro, estamos apoiando o governador Marcello Alencar, que vem trabalhando para identificar e punir, severamente, os autores

dessas balas.

Também transformamos em crime a prática de tortura. E já elaboramos o esboço de projeto, que cria novas alternativas para o cumprimento de penas. A pena tem de ser eficiente e de aplicação possível. Se encararmos a pena como vingança, pegamos o assaltante e o colocamos em uma cela terrível. E o que vai acontecer com esse assaltante, quatro anos depois, quando ele deixar a prisão? Ele vai assaltar de novo.

A pena tem outro sentido. A pena tem de reintegrar. Essa é a razão principal do projeto que prevê, como penas, a perda de bens, o recolhimento domiciliar e a perda temporária de direitos, nos casos de crimes leves, e só nestes.

Quando lançamos o Programa Nacional de Direitos Humanos,



Painéis didáticos

Será aberta hoje ao público a exposição Direitos Humanos — Direitos de Todos, com 87 painéis, com fotos, gráficos e mapas ilustrativos sobre o tema, no Memorial da América Latina. A mostra já passou por

países como Canadá, Japão e Alemanha e é uma iniciativa da organização não-governamental Soka Gakkai International (SGI). A exposição, de caráter didático, fica na cidade até o dia 15 de dezembro.

no dia 13 de maio, também pedi ao Congresso que votasse, em regime de urgência, o novo Código Nacional de Trânsito. O Senado já aprovou, e eu espero e desejo muito que, até o fim do ano, ele seja votado na Câmara. O novo Código é muito mais rigoroso nas multas e penas. Por exemplo, passa a ser crime, sujeito a cadeia, de 6 meses a 2 anos, o excesso de velocidade próximo a uma escola ou a um hospital.

Mas apenas o novo Código de Trânsito vai tirar o Brasil da triste posição de um dos campeões mundiais de morte no trânsito? A população, também, tem de se conscientizar e tirar o pé do acelerador. Campanhas pela paz no trânsito, como a realizada aqui, em Brasília, por iniciativa do jornal *Correio Braziliense* e outra, que a rede CBN de rádio coman-

da agora, em nível nacional, dão bons resultados. Mudam o comportamento das pessoas, e devem ser seguidas pelos demais veículos de comunicação.

Recentemente, os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, desencadearam a fiscalização conjunta nas estradas para, entre outras coisas, controlar o excesso de velocidade. Aí está uma ótima iniciativa, que pode e deve servir de modelo para outros estados.

Bem, como deu para você perceber, nós estamos efetivamente cumprindo o Programa Nacional de Direitos Humanos. Em 1997, continuaremos lutando junto com toda a sociedade para cumprir, cada dia mais, o que manda o nosso plano e construir o que todos queremos: um Brasil que respeite a vida e os direitos do próximo."

Divulgação